

RESENHA

ADRIANO MOREIRA

A ESPUMA DO TEMPO: MEMÓRIAS DO TEMPO DE VÉSPERAS (LISBOA: ALMEDINA, 2009)

Com muita propriedade, aqueles habitantes do Ultramar português que sofreram na pele a aplicação coerciva da Razão de Estado podem classificar o regime que o sustentava como “fascista”. Mas, por contraste, não concordam com o adjetivo alguns atores e outros tantos espectadores que estiveram distantes do calor dos eventos que opuseram colonialistas e nacionalistas: o regime salazarista era, *parcialmente*, sustentado por fascistas e simpatizantes, mas não seria exatamente um regime fascista. Um argumento favorável a esse ponto de vista é o de que muitos dos altos funcionários pertencentes aos palacianos de Lisboa estavam longe de defender alguma ideologia de aspecto totalitário e até mesmo autoritário. Outros tantos seriam ambíguos a ponto de serem taxados de liberais pelos autocratas e de fascistas pelos liberais republicanos – a exemplo de Marcello Caetano, sucessor de Salazar no alto comando do Executivo.

Ambiguidade não foi uma característica do pensamento político de Adriano Moreira, que publicou recentemente seu livro de memórias – que já era esperado há mais de dez anos –, intitulado *A espuma do tempo: memórias do tempo de vésperas* (Lisboa: Almedina, 2009). Ao contrário – e a leitura do livro o reforça: é a coerência uma das marcas pessoais que perpassam sua vida, desde a primeira infância nas aldeias rústicas e arraigadamente católicas no coração de Trás-os-Montes até a apresentação desta retrospectiva pelo autor octogenário, coerência esta que o fez respeitado mesmo pelos adversários políticos e ideológicos nos últimos cinquenta anos de intensa atividade intelectual entremeadada pela vida pública.

Como acadêmico, seu contributo de maior projeção foi a fundação, em 1956, do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JIU), ligado ao então chamado Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas do Ultramar (ISCSPU). A estrutura, por ele proposta, havia sido planejada após o contato com outras instituições coloniais, como o Instituto Internacional Colonial, de Londres. A proposta de

base do Centro foi a de dinamizar a aquisição de conhecimentos empíricos e teóricos sobre a vida nas colônias, além de levantar caminhos inovadores para uma mais eficiente administração das colônias. Muitos foram os colóquios ali realizados e mais de oitenta foram os volumes publicados entre 1956 e 1973. Por outro lado, em razão das críticas pontuais e de cariz científico às políticas coloniais *de facto*, a reputação do Centro não deixaria de sofrer ataques de outros especialistas em direito colonial, como Silva Cunha, sobretudo após a ascensão de Marcello Caetano, em 1968.

Sua carreira política iniciou-se também em meados da década de 1950, aos trinta e poucos anos, quando participou das primeiras delegações diplomáticas portuguesas na Organização das Nações Unidas imediatamente após a adesão formal de Portugal a essa instituição, em dezembro de 1955. Nesse período, trabalharia em sucessivas comissões ao lado de futuros adversários ideológicos, como o futuro chanceler Franco Nogueira, e sua função seria elaborar uma resposta jurídica à exigência da ONU com relação à descolonização dos “non-self governing territories” – tarefa cumprida com notável astúcia e depois registrada em sua monografia *A jurisdição interna e o problema do voto na ONU* (Junta de Investigações do Ultramar, 1958).

Aquando da explosiva passagem de 1960 para 1961, já nomeado subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Adriano Moreira conduziria todo um quadro de jovens pesquisadores de seu Centro de Estudos à arena mais sensível da política portuguesa, a política ultramarina. Então, a guerra de ideias instalar-se-ia com muito mais força no governo, vindo a respingar sobre os já surgidos movimentos de contestação de todo o império.

Como ministro do Ultramar, foi condutor da mais importante série de reformas do sistema colonial português no início dos anos 60, altura em que drásticas reformas eram exigidas perante o novo contexto internacional, marcado pela pujança econômica ocidental e pelos “ventos de mudança” nacionalistas na Ásia e na África. Não com algum atraso em relação às outras potências coloniais, pela iniciativa do então jovem ministro caíram, entre 1961 e 1963, o Estatuto do Indigenato e o regime do trabalho forçado e das culturas obrigatórias, substituídos pelo regime assimilacionista (um tanto próximo ao dos franceses) e pelo novo Código do Trabalho Rural (considerado o mais avançado para o continente africano). Também viria a criar as Juntas de Povoamento e dos Institutos de Serviço Social e os Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique.

Não obstante, sua nomeação como subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e depois ministro do Ultramar por Salazar fora uma surpresa para os aliados e inimigos do ditador, uma vez que Moreira era um crítico moderado (porém um “crítico institucional”) do regime. Por que teria sido escolhido para o cargo? Quais os atributos que o tornavam uma importante carta na manga para o Presidente do Conselho de Ministros?

Uma das respostas é que, apesar de ser um liberal conservador, Adriano Moreira guardava fortes semelhanças não só com o protótipo de português íntegro e religioso idealizado pela ideologia orgânica e pelo “estilo nacional” do Estado Novo, como também com o próprio Salazar (que, no entanto, era antiliberal e mais propenso a reacionarismos), em seus valores intensamente identificados com os dos sábios e mártires do catolicismo, avessos ao enriquecimento (lícito ou ilícito), zelosos para o culto da pobreza, da frugalidade e da indiferença às facilidades da sociedade de consumo em massa. Tal propensão religiosa e ideológica contou, e muito, para a nomeação de um candidato a um alto cargo num regime orgânico como foi o Estado Novo português, no âmbito do qual a expressão política, a expressão ideológica e a expressão cultural formavam uma totalidade assaz coerente, graças às deliberações de seus principais artífices, chefiados por Salazar, que escolhia seus funcionários mais imediatos com o máximo cuidado e com extrema astúcia. A figura deste, aliás, é muitas vezes elogiada ao longo do livro, sendo lembrado pelo autor (e, goste-se ou não, pela maioria dos portugueses, ainda hoje) como homem “humilde com o seu Povo, orgulhoso perante o mundo”, “acertando ou errando, mas sempre autêntico”.

Outra resposta tem a ver com o pragmatismo circunstancial de Salazar, em uma conjuntura internacional nada favorável à manutenção do sistema colonial. A entrada de Portugal na ONU (e antes mesmo na OTAN, ou NATO, em abril de 1949) foi uma das manobras adotadas para que fosse mantida uma relativa “equidistância pragmática” tanto em relação aos Estados Unidos quanto à aliança frouxa e explosiva entre os pró-comunistas e o Movimento dos Não Alinhados. Mas havia também a forte pressão no seio da burocracia militar portuguesa, apoiada informalmente pelos norte-americanos, para a adoção de um alinhamento quase que automático ao bloco capitalista, o que, na avaliação do núcleo duro do regime, engendraria necessariamente a descolonização gradual do Ultramar. O *slogan* do “orgulhosamente sós” haveria, nessa altura, de ser repetido à exaustão. Dada a pressão interna e externa, no sentido de uma mudança qualitativa nos alicerces do Estado imperial, e entre o “entreguismo” do general Botelho Moniz, o federalismo um tanto adaptado de outros proponentes (a exemplo de Cunha Leal e Manuel José Homem de Melo) e o unitarismo reformista e “integracionista” de Adriano Moreira, não haveria dúvidas quanto à opção instrumental, circunstancial e provisória pelo último. No entanto, passada a turbulência interna e internacional da virada da década de 1950 para a de 1960, gerada pela onda de independências, principalmente no continente africano, pela perda da Índia Portuguesa e pelo início das guerras coloniais, Moreira seria afastado e passaria novamente ao respeitável papel de moderado e sóbrio crítico da rigidez do regime, com o notório diferencial de nunca ter militado em nenhum movimento, grupo ou partido em formação.

Não que ele pudesse ser novamente útil para futuras transições. Era inclusive essa a expectativa de muitos portugueses residentes na Metrópole e no Ultramar em anos posteriores. Consta que, em sua última entrevista, o Marechal Costa Gomes (que fora um dos protagonistas da Revolução dos Cravos) entendia que se Moreira sucedesse Salazar em 1968, ao invés de Marcello Caetano, a transição teria sido tão pacífica como a que houve na Espanha de Franco. Ainda hoje, não são poucos os que lamentam que tal alternativa não tenha se configurado na prática.

Saneado de suas atividades acadêmicas após a Revolução dos Cravos, Adriano Moreira e seus seguidores retornariam em 1980 ao ISCSP (denominação pós-revolucionária para o ISCSPU). Com uma ponta de ressentimento, não deixa de registrar, sempre brevemente, o desapontamento com alguns acadêmicos mais jovens que, ao que dá a entender, se tornaram desafetos por terem aceito e até mesmo participado da onda de saneamentos.

Mas o protesto predominante em suas memórias diz respeito aos principais adversários não institucionais (e ilegais) ao “regime da Constituição de 1933”, a saber, os marxistas. Percebe-se não uma ponta de ressentimento, mas de intolerância mesmo, quando são mencionados o nome, os discursos e as ações de Álvaro Cunhal, o grande nome do comunismo português.

A leitura de suas memórias é de grande valia por apresentar detalhes preciosos sobre a geopolítica do colonialismo e sobre o embate de alcance mundial em torno das descolonizações, desenvolvido nas fissuras da polarização ideológica que marcou a Guerra Fria. São centenas as personagens de relevo na cena política portuguesa e mundial que menciona, sempre com breves comentários interpretativos sobre cada um. Também, embora muito brevemente, é mostrado como se deu o refúgio de políticos portugueses ligados ao salazarismo após a Revolução dos Cravos, principalmente em direção ao Brasil. É nas últimas páginas do livro que Moreira dedica atenção especial às relações que cultivou com intelectuais, políticos e empresários brasileiros – em especial, Gilberto Freyre, com quem compartilhou pontos de vista análogos sobre o “modo português de estar no mundo” e a quem dedica muitas páginas.

Embora seja o tempo todo enfatizada a dimensão política de sua vida, ela vem, em algumas passagens, associada ao profundo apego do autor pela religiosidade a mais arraigada, bem típica dos trasmontanos. Sua defesa do integracionismo nas colônias foi por ele interpretada como uma forma de missionarismo cristão de multissecular responsabilidade portuguesa. Também, após o fim do regime autoritário, sua maior preocupação, como aponta, foi com a efetiva inserção dos chamados “retornados” na sociedade civil portuguesa, uma tarefa que coadunava com a defesa do humanismo cristão. Percebe-se a melancólica resignação de que, findo o Império, restou a Fé.

As memórias de Moreira quase nunca se estendem até muito além da Revolução dos Cravos. Em apenas duas páginas trata de sua importantíssima participação, ao lado de Freitas do Amaral e do luso-indiano Narana Coissoró, na criação do Partido do Centro Democrático e Social (CDS) em julho de 1974, partido católico de centro-direita e mais próximo do europeísmo (de que o autor sempre se disse defensor). Terminada a leitura, percebe-se que não se está exatamente diante de uma autobiografia, mas de um longo testemunho político, um documento – de leitura difícil - em grande medida elaborado como contribuição interpretativa para aqueles que se interessam pela história recente de Portugal e, em menor grau, de suas antigas possessões.